



CORTE REAL

Cooperativa de Solidariedade Social, C.R.L.

Dare Communitate

Relatório de Gestão

Ano 2024

Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
Registada na CRC Moita sob o n.º 507 106 148
Capital social: 6.000,00€
Sede: Parque de Empresas dos 4 Marcos – Edifício Tejo
2860-605 Moita
CAE principal: 88910
CAE secundários: 85100 e 85201

Índice

1	Introdução	4
2	Enquadramento da Atividade	6
3	Análise da Atividade e da Posição Financeira	7
i.	Principais Indicadores Financeiros	7
ii.	Evolução das vendas e das prestações de serviços	8
iii.	Estrutura de gastos	9
iv.	Resultado líquido e EBITDA	10
v.	Posição financeira (autonomia financeira e endividamento)	11
vi.	Estrutura do balanço	11
4	As nossas pessoas.....	12
5	A nossa gestão.....	13
	Organograma	13
6	Proposta de Aplicação de Resultados	13
7	Expetativas Futuras	14

1 Introdução

A Corte Real é uma Cooperativa de Solidariedade Social, com o NIPC 507106148, que foi constituída em 18 de Julho de 2005. A cooperativa tem atualmente a sede no Parque de Empresas dos 4 Marcos – Edifício Tejo, na Moita e tem como objetivo a promoção do apoio a crianças e jovens, pelo que a sua atividade principal é a prestação de serviços de cuidados para crianças s/ Alojamento, utilizando o CAE 88910.

De 2005 a 2009 a cooperativa Corte Real não registou qualquer atividade.

Em 2010, a cooperativa reiniciou a sua atividade em Setembro desse ano, através das Atividades de Enriquecimento Curricular, para alunos do 1º ciclo do ensino básico, em parceria com a Escola Técnica Profissional da Moita e os Agrupamentos de Escolas José Afonso e Fragata do Tejo, na Moita, envolvendo cerca de 800 crianças entre os 6 e os 10 anos de idade, através do ensino do Inglês, da Atividade Física e Desportiva e de Atividades Lúdico Expressivas, como a música, a expressão plástica e a expressão dramática.

Em 2012 a cooperativa Corte Real iniciou o investimento, apenas com recursos próprios para as obras de construção do seu equipamento social, tendo sido inaugurado em 1 de Outubro de 2012.

Este equipamento social veio dar resposta às enormes carências deste tipo de apoio no concelho da Moita, tendo sido autorizada a lotação de 168 crianças, 84 das quais para creche e 83 em pré-escolar.

Em 2013, o equipamento social teve ocupação de 100% das vagas de creche a partir de Setembro, enquanto no pré-escolar existiu uma ocupação de 74,6% das vagas.

No ano letivo de 2014/2015, foi possível expandir a atividade, iniciando também a oferta de 1.º ciclo do ensino básico, num edifício junto ao complexo da creche e do pré-escolar. Com este novo espaço, surgiu também um alargamento da oferta de pré-escolar, tendo esta valência aumentado a sua lotação para 105 vagas, com uma taxa de ocupação de 100%.

No ano letivo 2015/2016, foi possível constituir ainda mais um grupo de 1.º ciclo do ensino básico e mais um grupo de pré-escolar tendo sido a lotação aumentada nestas duas valências, para 128 crianças em pré-escolar e 41 crianças em 1.º ciclo do ensino básico.

Nesse ano letivo salienta-se a celebração de um acordo de cooperação com a segurança social, garantindo a comparticipação de 33 em 84 vagas da creche.

Em 2016/2017, a lotação foi novamente aumentada, tanto em pré-escolar como em 1º ciclo, para comportar o aumento do número de turmas nessas valências, conforme tabela infra.

Ainda nesse ano letivo, foi possível rever e aumentar o número de vagas comparticipadas na valência de creche, passando de 33 para 41 utentes com vaga comparticipada pelo ISS, IP.

No ano letivo 2018/2019 e face ao número de candidatos em lista de espera para a valência de creche e considerando que a taxa de cobertura para creches no concelho da Moita continua abaixo da média da AML (18,1% contra 34,2%), o Colégio Corte Real manifestou interesse e disponibilidade para concorrer a uma candidatura ao PDCT – Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da AML, para ampliação da sua creche. A candidatura então apresentada: “Requalificação e Ampliação da Creche em 36 vagas” em Janeiro/19 foi aprovada em Junho/2019, tendo a obra sido concluída a tempo do início do novo ano letivo.

Decorrente desta candidatura, o acordo de cooperação foi revisto em Dezembro/19, podendo apoiar 96 crianças e famílias nesta valência, através de vagas comparticipadas pelo ISS, I.P.

No início do ano de 2020, apresentámos uma candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais 2.0 para a construção de uma nova creche, no mesmo campus escolar que teve aprovação no final do ano 2020.

Decorrente da pandemia, o arranque desse projeto sofreu um atraso no seu início, mas à data do fecho das contas o novo edifício – Sado, encontra-se em funcionamento desde Setembro/2023 tendo recebido 92 crianças em creche e também permitindo a expansão do 2º ciclo do ensino básico para duas turmas, perspetivando-se a abertura do 3º ciclo do ensino básico em Setembro/2024, com o crescimento em mais uma turma.

A inauguração deste novo edifício, em 11/12/2023 contou com a presença da Sr.ª Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dr.ª Ana Mendes Godinho, com a Sr.ª Diretora do Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal, Dr.ª Luísa Malhó e com o Presidente da Câmara Municipal da Moita, Eng.º Carlos Albino.



Em Dezembro/2023 foi também assinado o acordo de cooperação para o financiamento destas vagas ora criadas, pelo que as famílias puderam passar a usufruir das medidas no âmbito do programa Creche Feliz, para crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021.

Número de alunos inscritos por valência

N.º crianças a frequentar por valência	Creche	Pré-escolar	1.º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	AEC
Lotação atual	220	220	150	52	75	n.a.
2013	84	59	-	-	-	761
2014	84	63	36	-	-	707
2015	84	128	54	-	-	710
2016	84	146	79	-	-	681
2017	84	148	84	-	-	702
2018	84	151	94	-	-	599
2019	120	126	111	-	-	638

2020	120	140	114	-	-	451
2021	120	165	114	-	-	583
2022	120	191	115	23	-	289
2023	220	213	118	43	-	1239
2024	220	218	140	39	24	1350

2 Enquadramento da Atividade

Um dos grandes desafios para o projeto foi o facto de, no nosso plano de investimentos, não considerarmos qualquer apoio de entidades públicas ou privadas para a construção e instalação do imóvel e dos equipamentos da cooperativa, de forma a **canalizarmos todos os possíveis apoios para o fundamental: a prestação de serviços junto das crianças.**

Desta forma, o funcionamento da cooperativa Corte Real, CRL, apenas consegue ter sustentabilidade financeira através da prestação de um serviço em parceria com a Segurança Social, através de Acordo de Cooperação, face às características socioeconómicas do concelho onde se insere, Moita, **onde o rendimento disponível das famílias se apresenta como o mais baixo da Área Metropolitana de Lisboa (dados atualizados em Outubro/2015).**

O concelho da Moita, de acordo com os dados presentes na Carta Social da C.M. Moita, tem apenas 37,37% de cobertura em regime de educação pré-escolar, mas apesar de essa taxa ter sido melhorada nos últimos anos, a mesma continua abaixo dos 45%, pelo que com o investimento no programa “Creche Feliz”, verificou-se o alargamento da população a usufruir deste serviço, principalmente de agregados familiares com maior carência económica mas que a partir de Setembro/2024, muitas dessas crianças não terão vaga no ensino pré-escolar público nem rendimentos que permitam usufruir de uma vaga (privada) nos equipamentos em funcionamento sem acordo de cooperação.

A cooperativa Corte Real, numa perspetiva de diversificação da sua atividade mas também de criar respostas/soluções para problemas locais, apresentou ao ISS, no âmbito do PRR, uma candidatura para desenvolvimento de um projeto residencial para idosos – Corte Real Villas & Senior Residences, com capacidade para alojamento de 74 utentes e 60 em Serviço de Apoio Domiciliário, assim como um projeto de cariz inovador – Corte Real Collaborative Houses, para alojamento de famílias jovens, monoparentais ou idosos com autonomia em unidades autónomas T0, T1 e T2, até ao máximo de 52 utentes, em alojamento temporário ou permanente.



Vista 3D da Habitação Colaborativa

Os dois projetos obtiveram aprovação e os contratos de financiamento, que ascendem a mais de 4,6 milhões de euros foram já outorgados, estando a empreitada da Corte Real Villas & Senior Residences com uma execução física perto dos 70% à data do fecho das contas.

Estima-se a entrada em funcionamento no final do ano 2025, com uma *soft opening*, para que seja possível o recrutamento de colaboradores e a sua formação *on job*, assim como a definição de procedimentos e rotinas numa valência totalmente nova.



Vista 3D - Edifício principal da Estrutura Residencial para a Pessoa Idosa

3 Análise da Atividade e da Posição Financeira

No exercício de 2024, onde a conjuntura internacional não tem sido a mais favorável em termos de estabilidade política, económica e social, verificou-se uma crescente procura pelas respostas sociais desenvolvidas pela cooperativa, com especial procura na nova valência do 3º ciclo do ensino básico, que teve início em Setembro/2024.

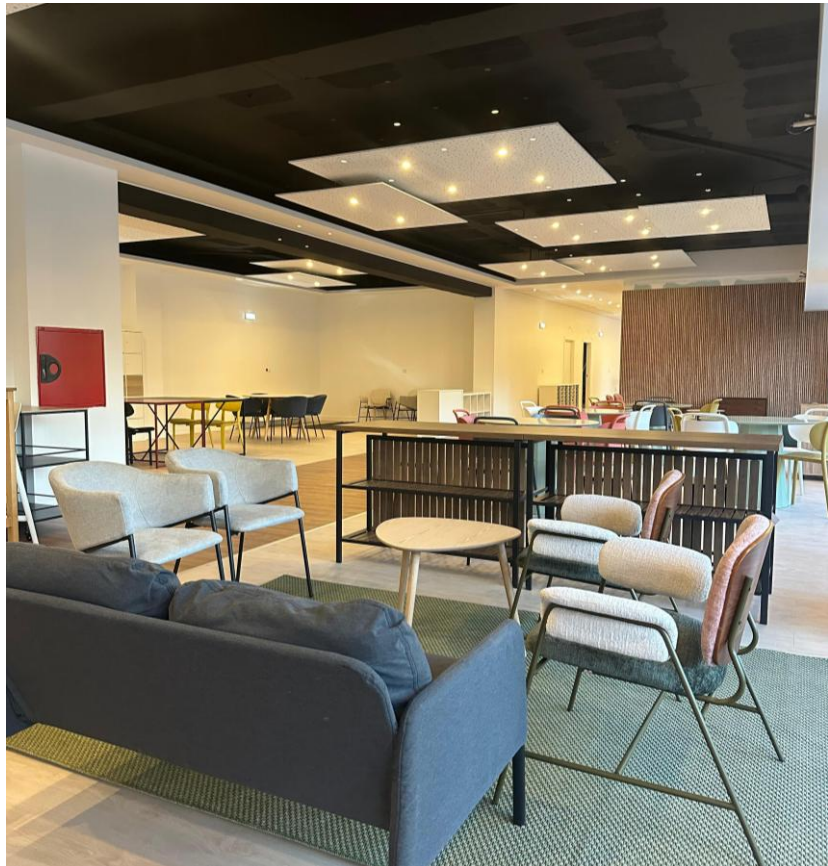
No período de 2024 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela cooperativa.

Principais Indicadores Financeiros

A informação financeira consolidada incluída no presente relatório foi extraída das Demonstrações Financeiras, preparadas de acordo com as normas em vigor.

O volume de negócios registou uma evolução positiva significativa, na ordem dos 23%, para cerca de 1 milhão e oitocentos e trinta e um mil euros superando quaisquer exercícios anteriores.

	2024	2023	Var. %
Pessoal			
Efetivos Médios no Ativo	103	84	22,32
Gastos c/ Pessoal (mil Euros)	(2 179)	(1 643)	32,64
Gastos c/ Pessoal p. capita (mil Euros)	(21)	(20)	8,43
VAB p. capita (mil Euros)	11	12	(8,25)



Desempenho Económico

	2024	2023	Var. %
Volume de Negócios (mil Euros)	2 053	1 831	12,13
Gastos Operacionais (mil Euros)	(3 357)	(2 649)	26,72
Cash Flow Operacional (EBITDA)	411	173	136,98
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	295	86	242,64
Resultado Líquido (mil Euros)	209	51	310,90

Balanço

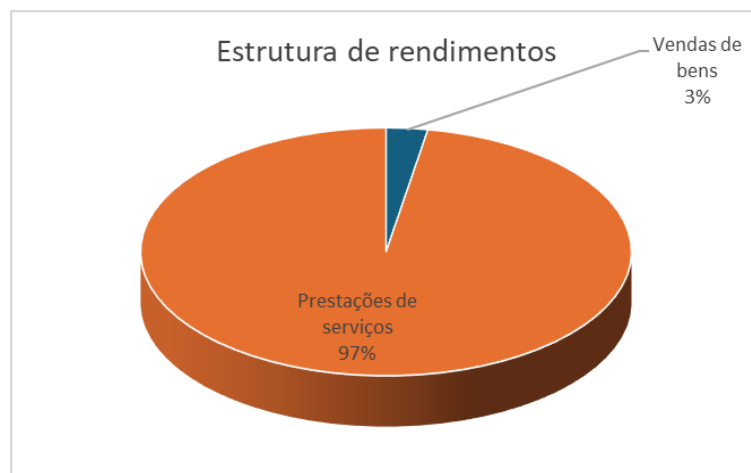
Ativo Total (mil Euros)	9 154	5 421	68,87
Capitais Próprios (mil Euros)	3 801	1 224	210,57
Capitais Alheios (mil Euros)	5 353	4 197	27,54

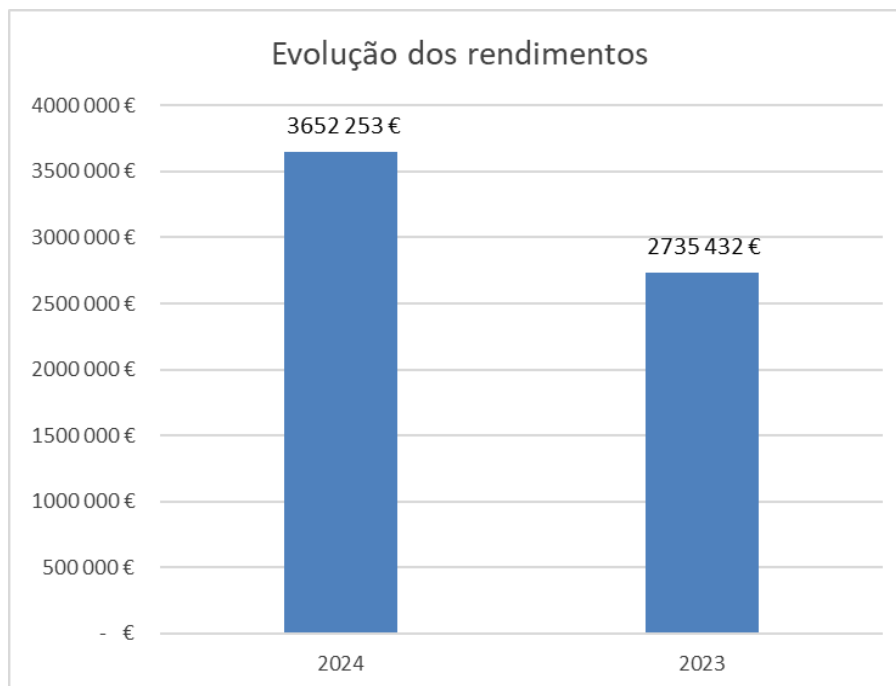
Indicadores

Margem EBITDA (%)	20,01	9,47	111,35
Margem sobre Vendas (%)	90,46	90,33	0,14
ROI - Return on Investment (%)	0,03	0,02	102,90
ROE - Return on Equity (%)	0,06	0,04	32,31

i. Evolução das vendas e das prestações de serviços

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura de rendimentos são apresentadas nos gráficos seguintes.





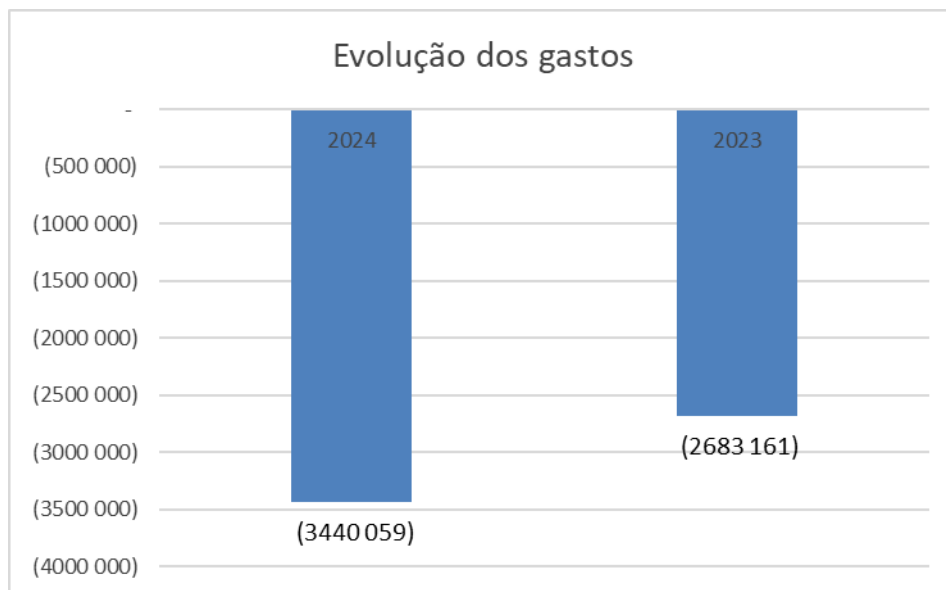
ii. Estrutura de gastos

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua evolução, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



Detalhe de gastos

	2024	2023	Var. %
Custo das vendas	(195 926)	(177 096)	10,63
Fornecimentos externos	(831 383)	(733 568)	13,33
Pessoal	(2 178 953)	(1 642 774)	32,64
Depreciações	(115 743)	(87 244)	32,67
Imparidades	(24 985)	-	-
Reduções justo valor	(58)	(345)	(83,10)
Provisões	-	-	-
Impostos	(445)	(1 585)	(71,90)
Outros	(9 619)	(6 683)	43,94



Resultados	2024	2023	Var. %
Operacionais	295 140	86 137	242,64
Financeiros	(82 945)	(33 867)	144,92

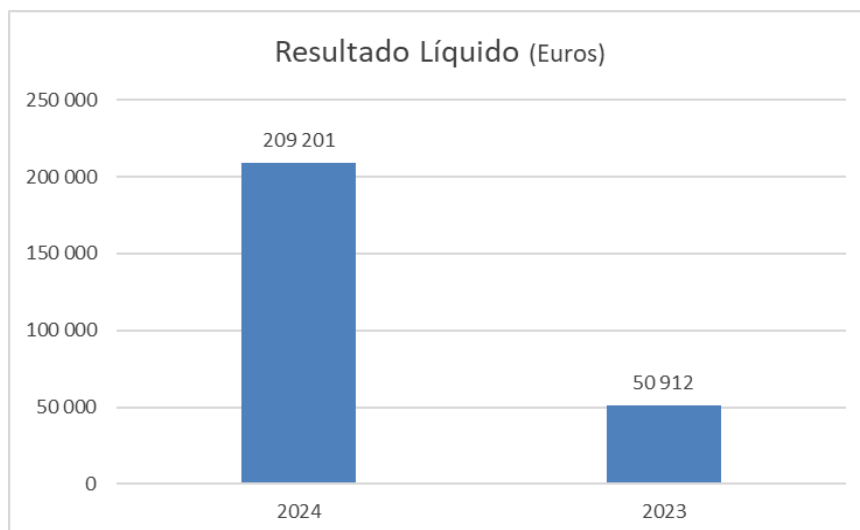
Os resultados operacionais tiveram um expressivo aumento, para 295 140€, em 2024.

Quanto aos resultados financeiros, que representam na sua maioria os gastos com a necessidade de financiamento da atividade, sofreram um acréscimo para os 82 945 euros, contemplando já as necessidades de financiamento para o novo Edifício Sado, já em pleno funcionamento, bem como para os projetos em execução da ERPI e da Habitação Colaborativa.

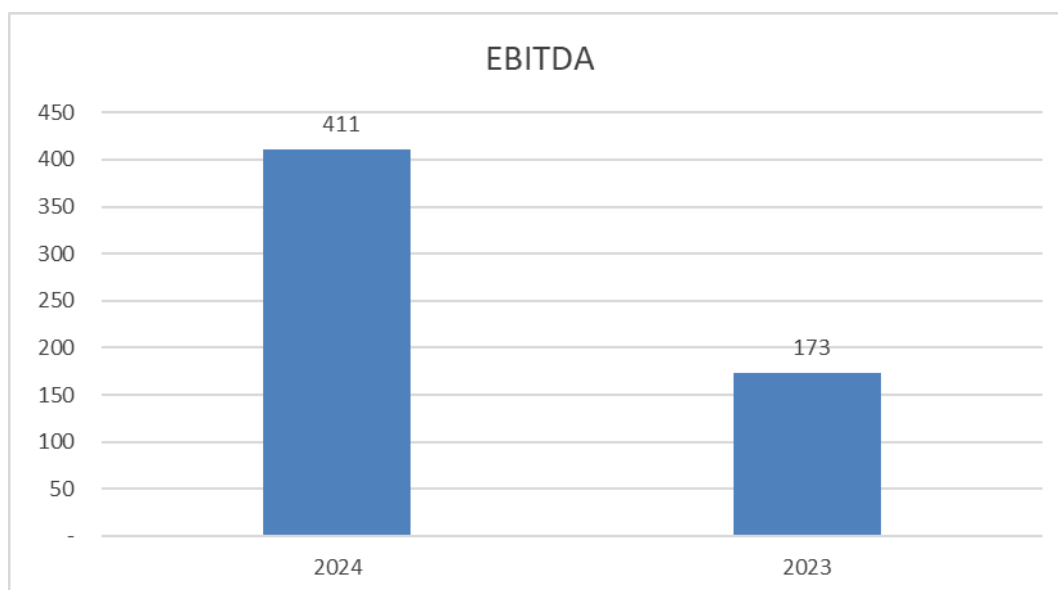
No que respeita ao financiamento das atividades de enriquecimento curricular, assegurados desde o ano letivo 2022/2023 pelo Município da Moita deixaram de ser alvo de antecipação através do factoring.

iii. Resultado líquido e EBITDA

Conforme gráfico infra, verifica-se que no período económico em apreço, a entidade apresentou um valor de resultado líquido de 209.201€, que representa uma variação de 310,9%



No que concerne o cash-flow operacional (EBITDA) o mesmo sofreu um aumento em 136,98%, conforme se verifica no gráfico infra.



iv. Posição financeira (autonomia financeira e endividamento)

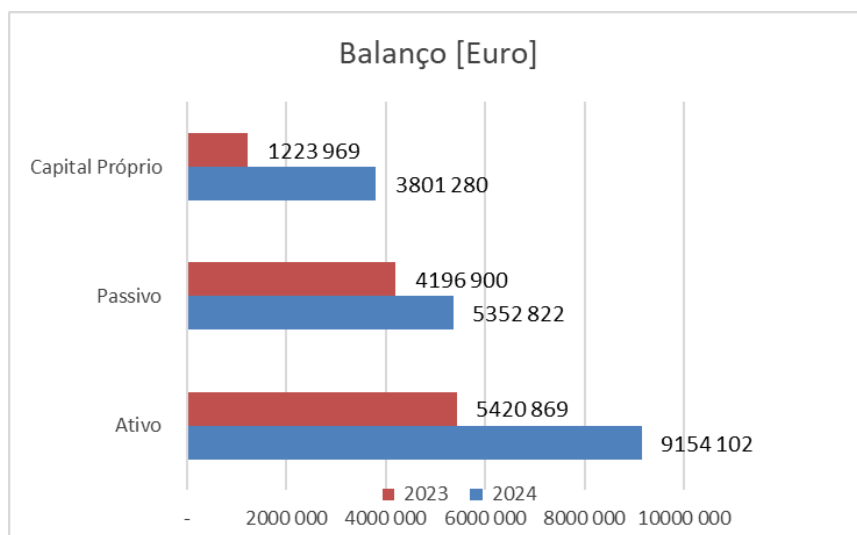
Situação Financeira

A situação financeira da sociedade evoluiu da forma seguinte:

	2024	2023	Var. %
Solvabilidade			
Capital Próprio / Passivo	71,0	29,2	143,5
Endividamento			
Passivo / Capital Próprio	140,8	342,9	(58,9)
Autonomia Financeira			
Capital Próprio / Ativo	41,5	22,6	83,9

v. Estrutura do balanço

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço, onde se regista uma evolução muito positiva no capital próprio e no ativo:



Balanco	2023	2022	Var. %
Ativo	9 154 102	5 420 869	69
Passivo	5 352 822	4 196 900	28
Capital Próprio	3 801 280	1 223 969	211

4 As nossas pessoas

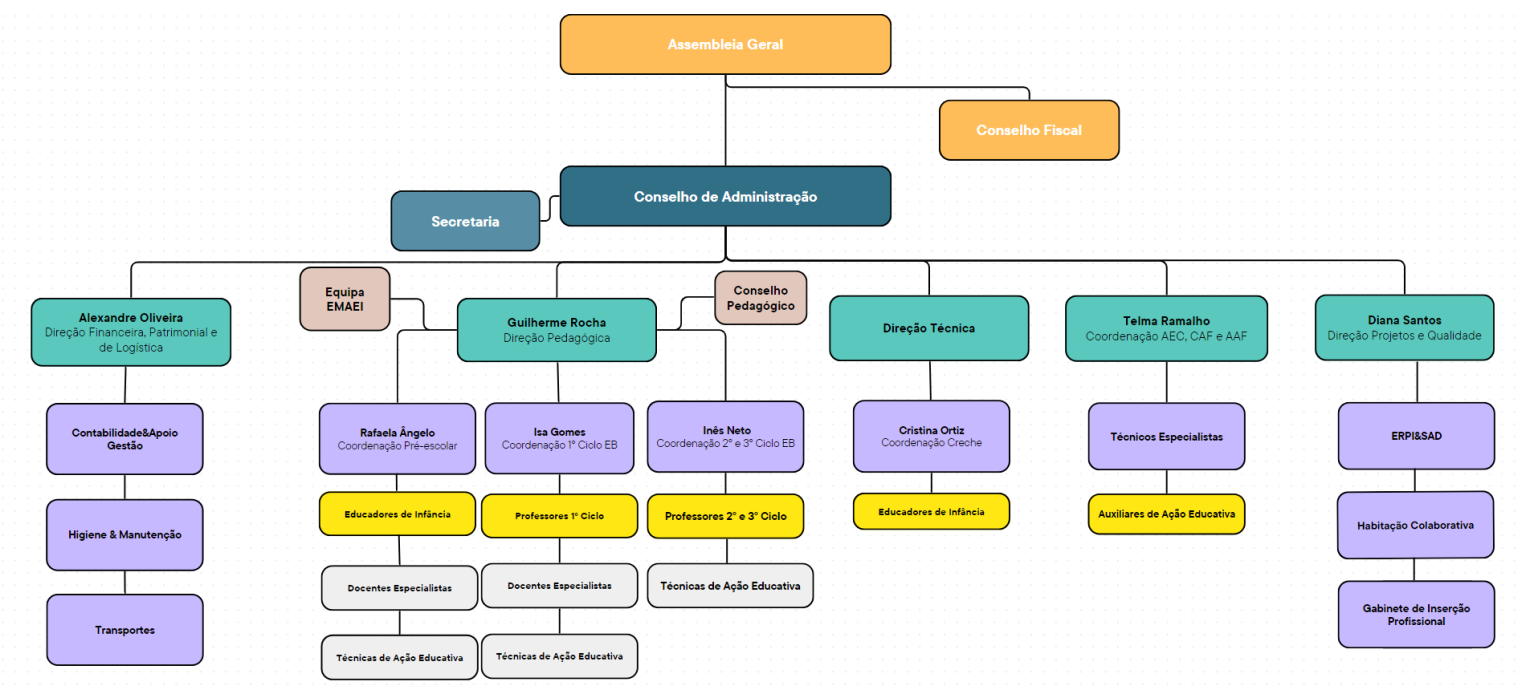
Na Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, C.R.L., o nosso maior recurso são as pessoas. Salienta-se que 53% dos nossos colaboradores têm o ensino superior, pelo que é também a rubrica com maior peso no nosso orçamento e contas anuais, tendo-se registado um aumento nos gastos na ordem dos 28% em relação ao ano anterior. Este aumento corresponde, fundamentalmente, à contratação de mais 17 elementos em final de agosto/início de setembro para a abertura de novas turmas.

Com uma média etária de 40 anos, tivemos em média 103 colaboradores ao serviço neste ano que demonstraram resiliência, vontade de inovar e desejo de aprender.



5 A nossa gestão

Organograma



6 Proposta de Aplicação de Resultados

A Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, C.R.L., no período económico findo em 31 de dezembro de 2024 realizou um resultado líquido de 209 201,06€, pelo que se propõe transferir 10 460,05€ para Reserva Livre e os restantes 198 741,01€ serão transferidos para Resultados Transitados.

<i>Aplicação dos resultados</i>	<i>Reserva Livre</i>	<i>Resultados Transitados</i>
2024	10 460,05€	198 741,01€

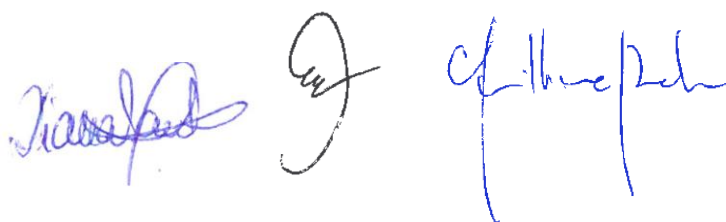
7 Expetativas Futuras

Tal como era nossa expetativa, o ano de 2024 reforçou o crescimento e a sustentabilidade da instituição, após a abertura de uma nova valência, o 3.º ciclo do ensino básico e o aumento em mais uma turma de 1.º ciclo do ensino básico.

Para o exercício de 2025 e tal como referido anteriormente, prevê-se a entrada em funcionamento, em regime de *soft opening*, a valência da Estrutura Residencial para a Pessoa Idosa. Para 2026 estará em funcionamento o projeto da Habitação Colaborativa, pelo que os próximos anos continuarão a ser de crescimento e diversificação das atividades prestadas.

Moita, 16 de abril de 2025

O Conselho de Administração,

Three handwritten signatures in blue ink, likely representing members of the Board of Administration.

Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2024

*(O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 104/2011, de 14 de Março –
1.ª Série - n.º 51)*

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
Registada na CRC Moita sob o n.º 507 106 148
Capital social: 6.000,00€
Sede: Parque de Empresas dos 4 Marcos – Edifício Tejo
2860-402 Moita
CAE principal: 88910
CAE secundários: 85100 e 85201

ÍNDICE

Balanço	3
Demonstração de Resultados por Naturezas.....	4
Demonstração Fluxos de Caixa	5
Demonstração individual das alterações no capital próprio nos períodos 2023 e 2024	6
NOTA INTRODUTÓRIA.....	8
NOTA 1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	8
NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	9
NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS..	13
NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	13
NOTA 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	13
NOTA 7. ATIVOS INTANGÍVEIS	13
NOTA 8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
NOTA 9. GASTOS COM DEPRECIAÇÕES	14
NOTA 10. RENDIMENTOS	15
NOTA 11. SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO.....	15
NOTA 12. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	15
NOTA 13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	15
NOTA 14. CLIENTES.....	16
NOTA 15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	16
NOTA 16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	17
NOTA 17. OUTROS GASTOS E PERDAS	17
NOTA 18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	17
NOTA 19. GASTOS COM PESSOAL	18
NOTA 20. DIFERIMENTOS.....	18
NOTA 21. CAPITAL PRÓPRIO	18
NOTA 22. RESERVAS	19
NOTA 23. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	19
NOTA 24. CAPITAL SOCIAL REALIZADO	18
Nota 25. sócios/cooperantes	19
Nota 26. adiantamentos de clientes	20
Nota 27. FORNECEDORES e adiantamentos a fornecedores.....	20
Nota 28. Existências.....	19
NOTA 29. Financiamento bancário.....	21
Nota 30. Gastos Líquidos de Financiamento	21
NOTA 31. Disponibilidades	21
NOTA 32. Excedentes de Revalorização.....	21
Nota 33. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	20

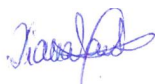
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Balanco

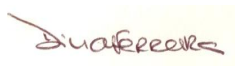
Balanco individual em 31 de dezembro de 2024

	Notas	2024	2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3 817 057,18	2 499 163,44
Propriedades de investimento	6	2 702,50	2 702,50
Ativos intangíveis	7	1 570 163,86	316 944,32
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	8	1 046 426,24	987 968,70
Outros ativos financeiros	8	15 208,04	14 300,13
		6 451 557,82	3 821 079,09
Ativo corrente			
Inventários	28	0,00	0,00
Clientes	14	175 604,52	206 089,04
Adiantamentos a fornecedores	27	48 953,85	31 491,81
Estado e outros entes públicos	18	19 457,35	30 428,80
Outros créditos a receber	15	2 399 171,19	1 177 914,85
Diferimentos	20	19 496,70	17 473,17
Ativos financeiros detidos para negociação	15	3 158,70	3 044,51
Caixa e depósitos bancários	31	36 701,80	133 347,43
		2 702 544,11	1 599 789,61
Total do ativo		9 154 101,93	5 420 868,70
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	21, 24	6 000,00	6 000,00
Reservas legais	22	9 076,37	9 076,37
Outras reservas	22	36 409,79	36 409,79
Resultados transitados	21	186 095,55	135 183,23
Ajustamentos em Ativos financeiros	8	221 642,78	358 249,59
Excedentes de Revalorização	32	50 000,00	50 000,00
Outras variações no capital próprio	23	3 082 854,66	578 137,41
Resultado líquido do período	21	209 201,06	50 912,32
Total do capital próprio		3 801 280,21	1 223 968,71
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	29	799 428,03	911 737,01
		799 428,03	911 737,01
Passivo corrente			
Fornecedores	27	300 542,15	347 367,93
Adiantamentos de clientes	26	2 296,80	6 769,06
Estado e outros entes públicos	18	258 868,51	258 960,41
Accionistas/sócios	25	17 050,19	0,00
Financiamentos obtidos	29	243 273,74	205 643,40
Outras dívidas a pagar	15	3 705 808,10	2 341 206,89
Diferimentos	20	25 554,20	125 215,29
		4 553 393,69	3 285 162,98
Total do passivo		5 352 821,72	4 196 899,99
Total do capital próprio e do passivo		9 154 101,93	5 420 868,70

A Direção



A Contabilista Certificada:



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Demonstração de Resultados por Naturezas

	Notas	2024	2023
Vendas e serviços prestados	10	2 053 286,73	1 831 235,11
Subsídios à exploração	11	1 314 115,20	717 244,77
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendim. conjuntos	12	195 064,35	114 089,28
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	28	(195 926,24)	(177 095,62)
Fornecimentos e serviços externos	16	(831 383,46)	(733 568,21)
Gastos com o pessoal	19	(2 178 953,14)	(1 642 773,86)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(24 984,92)	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12	(58,33)	(345,23)
Outros rendimentos e ganhos	12	89 787,17	72 862,36
Outros gastos e perdas	17	(10 064,93)	(8 268,04)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		410 882,43	173 380,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	9	(115 742,93)	(87 243,59)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		295 139,50	86 136,97
Juros e gastos similares suportados	30	(82 945,24)	(33 866,77)
Resultado antes de impostos		212 194,26	52 270,20
Imposto sobre o rendimento do período	13	(2 993,20)	(1 357,88)
Resultado líquido do período		209 201,06	50 912,32

A Direção



A Contabilista Certificada:



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Demonstração Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		UNIDADE MONETÁRIA (Euros)	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		3 431 567,45	2 213 571,28
Pagamentos a fornecedores		(1 199 344,02)	(1 119 357,09)
Pagamentos ao pessoal		(1 355 994,74)	(1 001 599,34)
Caixa gerada pelas operações		876 228,69	92 614,85
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		2 276,12	(6 108,32)
Outros recebimentos/pagamentos		(496 099,38)	(380 115,90)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		382 405,43	(293 609,37)
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1 680 961,84)	(1 525 464,05)
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		1 727 440,52	1 413 734,28
Juros e rendimentos similares		1 193,71	310,73
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		47 672,39	(111 419,04)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		161 000,00	938 000,00
Outras operações de financiamento		1 004 600,50	400 849,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(320 699,68)	(316 661,64)
Juros e gastos similares		(46 912,52)	(17 469,71)
Outras operações de financiamento		(1 324 597,56)	(480 816,11)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(526 609,26)	523 901,54
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(96 531,44)	118 873,13
Caixa e seus equivalentes no início do período		136 391,94	17 518,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período		39 860,50	136 391,94

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Demonstração individual das alterações no capital próprio nos períodos 2023 e 2024

DESCRIÇÃO									Euros
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO 2023	6 000	6 000	36 410	76 732	271 903	50 000	112 964	61 527	621 537
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Alterações de políticas contabilísticas					86 347				86 347
Ajustamentos por impostos diferidos							(156 385)		(156 385)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		3 076		58 451			621 558	(61 527)	621 558
	-	3 076	-	58 451	86 347	-	465 173	(61 527)	551 520
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								50 912	50 912
RESULTADO EXTENSIVO	-	3 076	-	58 451	86 347	-	465 173	(10 615)	602 432
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2023	6 000	9 076	36 410	135 183	358 250	50 000	578 137	50 912	1 223 969
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO 2024	6 000	9 076	36 410	135 183	358 250	50 000	578 137	50 912	1 223 969
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Alterações de políticas contabilísticas					(136 607)				(136 607)
Ajustamentos por impostos diferidos							6 340		6 340
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-		50 912			2 498 377	(50 912)	2 498 377
	-	-	-	50 912	(136 607)	-	2 504 717	(50 912)	2 368 110
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								209 201	209 201
RESULTADO EXTENSIVO	-	-	-	50 912	(136 607)	-	2 504 717	158 289	2 577 312
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2024	6 000	9 076	36 410	186 096	221 643	50 000	3 082 855	209 201	3 801 280

Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2024

NOTA INTRODUTÓRIA**NOTA 1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE**

A Corte Real é uma Cooperativa de Solidariedade Social, com o NIPC 507106148, foi constituída em 18 de julho de 2005. A cooperativa tem atualmente a sede no Parque de Empresas dos 4 Marcos – Edifício Tejo, na Moita e tem como objetivo a promoção do apoio a crianças e jovens, pelo que a sua atividade principal é a prestação de serviços de cuidados para crianças s/ Alojamento, utilizando o CAE 88910.

De 2005 a 2009 a cooperativa Corte Real não registou qualquer atividade.

Em 2010, a cooperativa Corte Real iniciou a sua atividade em Setembro desse ano, através das Atividades de Enriquecimento Curricular, para alunos do 1º ciclo do ensino básico, em parceria com a Escola Técnica Profissional da Moita e os Agrupamentos de Escolas José Afonso e Fragata do Tejo, na Moita, envolvendo cerca de 800 crianças entre os 6 e os 10 anos de idade, através do ensino do Inglês, da Atividade Física e Desportiva e de Atividades Lúdico Expressivas, como a música, a expressão plástica e a expressão dramática.

Em 2012 o Colégio Corte Real iniciou o investimento, apenas com recursos próprios para as obras de construção do seu equipamento social, tendo sido inaugurado em 1 de outubro de 2012.

Este equipamento social veio dar resposta às enormes carências deste tipo de apoio no concelho da Moita, tendo sido autorizada a lotação de 168 crianças, 84 das quais para creche e 83 em pré-escolar.

Em 2013/14, o equipamento social teve ocupação de 100% das vagas de creche a partir de setembro, enquanto no pré-escolar existiu uma ocupação de 74,6% das vagas.

No ano letivo de 2014/2015, foi possível expandir a atividade, iniciando também a oferta de 1.º ciclo do ensino básico, num edifício junto ao complexo da creche e do pré-escolar. Com este novo espaço, surgiu também um alargamento da oferta de pré-escolar, tendo esta valência aumentado a sua lotação para 105 vagas, com uma taxa de ocupação de 100%.

Em outubro/2015 foi celebrado um acordo de cooperação típico com a Segurança Social, para a comparticipação de 33 vagas em creche, que de imediato foram ocupadas pelas famílias com mais baixo rendimento da creche.

Em novembro/2016, existiu uma revisão do número de vagas comparticipadas em creche, passando a ser 41 as crianças apoiadas mensalmente.

Em 2019, e fruto da ampliação da creche para 120 vagas, o acordo de cooperação sofreu uma nova revisão, passando para 96 crianças apoiadas mensalmente pelo ISS, IP.

Para 2022, fruto da assinatura do contrato de financiamento para a construção de uma nova creche (84 vagas) no âmbito do Programa de Alargamento de Respostas Sociais prevê-se o alargamento dessas vagas com um novo acordo de cooperação.

	2024	2023	Var. %
Desempenho Económico			
Volume de Negócios (mil Euros)	2 053	1 831	12,13
Gastos Operacionais (mil Euros)	(3 357)	(2 649)	26,72
Cash Flow Operacional (EBITDA)	411	173	136,98
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	295	86	242,64
Resultado Líquido (mil Euros)	209	51	310,90
Balanço			
Ativo Total (mil Euros)	9 154	5 421	68,87
Capitais Próprios (mil Euros)	3 801	1 224	210,57
Capitais Alheios (mil Euros)	5 353	4 197	27,54
Indicadores			
Margem EBITDA (%)	20,01	9,47	111,35
Margem sobre Vendas (%)	90,46	90,33	0,14
ROI - Return on Investment (%)	0,03	0,02	102,90
ROE - Return on Equity (%)	0,06	0,04	32,31

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades (NC-ME) aprovada pelo Decreto-Lei 36-A/2011 de 09 de Março, em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

2.3 - As demonstrações financeiras de 2024 foram preparadas e aprovadas de modo que sejam comparáveis com as demonstrações financeiras de 2023.

NOTA 3.PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1 - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3 - CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

3.1.4 - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NC-ME. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NC-ME o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO**3.2.1. – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Os imóveis e outras propriedades de investimento que visam a obtenção de rendimento, através de arrendamento, estão classificados como ativos fixos tangíveis. Os terrenos e outras propriedades que foram adquiridas para revenda, e que no final do exercício económico ainda estão em nossa posse, foram classificados como existências.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

<i>Edifícios e outras construções</i>	-	<i>50 anos</i>
<i>Equipamento básico</i>	-	<i>4 a 8 anos</i>
<i>Equipamento de transporte</i>	-	<i>4 a 5 anos</i>
<i>Equipamento administrativo</i>	-	<i>4 a 8 anos</i>
<i>Outros ativos fixos tangíveis</i>	-	<i>4 a 8 anos</i>

3.2.2 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

No ano em questão foi apurado imposto sobre o rendimento no valor de 2 993,20€.

3.2.3 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

3.2.4 – INVENTÁRIOS

Uma vez que os serviços de alimentação do Colégio são contratados a uma empresa externa, não existem matérias-primas e mercadorias em stock, pelo que não se verificam existências no final do ano.

3.2.5. – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor recuperável, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade);
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);
- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas;
- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação; e
- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros;
- Contratos para contrair empréstimos.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

3.2.6. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**3.2.7 – SUBSÍDIOS**

Os subsídios recebidos por parte do Estado correspondem a candidaturas respeitantes a postos de trabalho criados e para os quais existiram medidas de apoio à contratação aprovadas junto do IEFP e à comparticipação financeira do ISS por 220 vagas de creche.

3.2.8. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.9. – TRANSACÇÕES E MOEDA FUNCIONAL

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

3.2.10. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregos classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações deve ser relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**4.1 – APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DAS NC-ME COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial da NC-ME.

4.2 – ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4.3 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS.

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

4.4 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram quaisquer erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Edifícios	Equipamento				Total
		Básico	Transporte	Administrativo	Outros	
Quantia escriturada bruta inicial	1 059 767,63	348 905,99	24 408,48	24 605,38	135 023,23	1 592 710,71
Da qual quantia despendida "Em Curso"	1 291 009,25	-	-	-	-	1 291 009,25
Depreciações acumuladas iniciais	(53 686,39)	(189 935,86)	(24 408,48)	(21 577,69)	(94 948,10)	(384 556,52)
Quantia escriturada líquida inicial	2 297 090,49	158 970,13	-	3 027,69	40 075,13	2 499 163,44
Adições						
Aquisições em 1ª mão	-	46 196,40	-	-	40 532,00	86 728,40
Dispêndios em curso	1 331 158,27	-	-	-	-	1 331 158,27
Outras	-	-	-	-	-	-

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Total das adições	1 331 158,27	46 196,40	-	-	40 532,00	1 417 886,67
Depreciações	(44 659,35)	(38 981,59)	-	(671,00)	(15 680,99)	(99 992,93)
Total das diminuições	(44 659,35)	(38 981,59)	-	(671,00)	(15 680,99)	(99 992,93)
Quantia escriturada líquida final	3 583 589,41	166 184,94	-	2 356,69	64 926,14	3 817 057,18

NOTA 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	2023	Aquisições	2024
Propriedade de Investimento (Casa Família)	2 702,50	-	2 702,50
Total	2 702,50	-	2 702,50

A propriedade de investimento identificada acima corresponde a um investimento em curso decorrente da outorga de um contrato promessa de compra e de venda de um apartamento situado no Montijo que permitirá o acolhimento de jovens professores que serão integrados na instituição com vista ao projeto de implementação do 1.º ciclo do ensino básico.

NOTA 7. ATIVOS INTANGÍVEIS

No que concerne os ativos intangíveis, as rubricas com maior expressão correspondem ao direito de utilização da fração “C” (onde se encontra instalado o equipamento social da creche Tejo e de pré-escolar) e da fração “F”, redenominada de fração “H”, após conclusão da obra do Edifício Sado e consequente alteração da propriedade horizontal.

No ano de 2022 a Cooperativa celebrou com a Orsifor um novo contrato de arrendamento que originou um direito de utilização dessa fração onde está concluído o novo edifício onde funcionam as valências de 2º e 3º ciclos do ensino básico.

	Propriedade industrial	Direito de utilização	Outros	Total
Quantia inicial: com vida útil finita	131,82	375 000,00	1 268 969,54	1 644 101,36
Quantia inicial: com vida útil indefinida	-	-	-	-
Amortizações acumuladas iniciais	-	(58 187,50)	-	(58 187,50)
Quantia escriturada líquida inicial	131,82	316 812,50	1 268 969,54	1 585 913,86
Outras	-	-	-	-
Total das adições	-	-	-	-
Depreciações	-	(15 750,00)	-	(15 750,00)
Total das diminuições	-	(15 750,00)	-	(15 750,00)
Quantia escriturada líquida final	131,82	301 062,50	1 268 969,54	1 570 163,86

NOTA 8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Participações Financeiras	2024	2023
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	1 046 426,24	987 968,70
Participações financeiras - outros métodos	0,00	0,00
Total	1 046 426,24	987 968,70
Ajustamentos em Ativos Financeiros	2024	2023
Ajustamentos de Transição	221 642,78	385 249,59
Total	221 642,78	385 249,59

A participação de 200.000,00€ no capital da Orsifor, SA atinge os 20,20%, atualizou-se essa mesma participação utilizando o MEP valorizando assim a mesma através da proporção detida nos capitais da Orsifor, originando assim um ajustamento de transição nos Capitais Próprios.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

NOTA 9. GASTOS COM DEPRECIAÇÕES

A rubrica Gastos com Depreciações registou os seguintes movimentos em 2024 e 2023:

	2024			2023		
	Gastos	Reversão	Total	Gastos	Reversão	Total
Ativos Fixos Tangíveis						
Edifícios e Outras Construções	44 659,35	0,00	44 659,35	22 448,56	0,00	22 448,56
Equipamento Básico	38 981,59	0,00	38 981,59	33 745,34	0,00	33 745,34
Equipamento Administrativo	671,00	0,00	671,00	939,53	0,00	939,53
Outros Ativos Fixos Tangíveis	15 680,99	0,00	15 680,99	14 360,16	0,00	14 360,16
Subtotal	99 992,93	0,00	99 992,93	71 493,59	0,00	71 493,59
Ativos Intangíveis						
Direito de utilização Fração "C"	12 000,00	0,00	12 000,00	12 000,00	0,00	12 000,00
Direito de utilização Fração "F"	3 750,00	0,00	3 750,00	3 750,00	0,00	3 750,00
Subtotal	15 750,00	0,00	15 750,00	15 750,00	0,00	15 750,00
Total	115 742,93	0,00	115 742,93	87 243,59	0,00	87 243,59

NOTA 10. RENDIMENTOS

No decorrer do exercício económico de 2024, as prestações de serviços ascenderam a 1.997 mil euros, decorrentes das atividades de creche, pré-escolar, 1.º e 2º ciclo do ensino básico.

	2024			2023		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de bens	56 002,25	0,00	56 002,25	40 813,27	0,00	40 813,27
Prestações de serviços	1 997 284,48	0,00	1 997 284,48	1 790 421,84	0,00	1 790 421,84
Total	2 053 286,73	0,00	2 053 286,73	1 831 235,11	0,00	1 831 235,11

NOTA 11. SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO

No exercício de 2024 foram reconhecidos 1.314.115,20€ relativos a subsídios à exploração, dos quais 1.182.235,08€ correspondem ao apoio da comparticipação financeira de acordo de cooperação típico da creche, celebrado em outubro/2015 com o ISS, IP. Foram ainda reconhecidos outros apoios do IEFP no âmbito de candidaturas de estágios profissionais.

	2024				2023			
	Quantia reconhecida em resultados	Valor recebido	Por receber	Valor total do subsídio	Quantia reconhecida em resultados	Valor recebido	Por receber	Valor total do subsídio
GIP-IEFP	13 750,02	23 369,82	-9 619,80	13 750,02	12 971,62	10 588,30	2 383,32	12 971,62
Medida apoio Estágios-IEFP	118 130,10	131 042,55	-12 912,45	118 130,10	66 877,51	60 322,92	6 554,59	66 877,51
Acoop-ISS, IP-Centros Distritais	1 182 235,08	1 168 260,84	13 974,24	1 182 235,08	576 175,64	544 999,53	31 176,11	576 175,64
DGE	0,00	0,00	0,00	0,00	220,00	220,00	0,00	220,00
C M Moita	0,00	0,00	0,00	0,00	61 000,00	0,00	61 000,00	61 000,00
Total	1 314 115,20	1 322 673,21	-8 558,01	1 314 115,20	717 244,77	616 130,75	101 114,02	717 244,77

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

NOTA 12. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Outros Rendimentos e Ganhos	2024	2023
Rendimentos Suplementares	31 013,84	15 362,95
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	421,23	138,41
Rendimentos e Ganhos nos restantes Ativos Financeiros	2 490,00	830,25
Outros Rendimentos e Ganhos	55 862,10	53 480,75
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros	0,00	3 050,00
Total	89 787,17	72 862,36

NOTA 13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2021 a 2023 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Direção entende que as eventuais revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais aos exercícios de 2024 e anteriores, não produzirá efeitos materiais sobre as contas.

No ano em questão foi apurado imposto sobre o rendimento no valor de 2.993,20€.

NOTA 14. CLIENTES

A rubrica de clientes contemplava os seguintes saldos em dívida em 31 de dezembro de 2024:

	2024			2023		
	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia escriturada líquida
A receber						
<90 dias	200 589,44	-24 984,92	175 604,52	206 089,04	0,00	206 089,04
90 - 180 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180-360 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
>360 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	200 589,44	-24 984,92	175 604,52	206 089,04	0,00	206 089,04

NOTA 15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

À data de 31 de dezembro de 2024, regista-se o montante de 3 158,70€ respeitante a fundos de investimento e obrigações.

	Fundos Montepio Tesouraria	Caixa Sel Globe	Lisgarante	Total
Saldo (justo valor) a 1 de janeiro	0,00	2 344,51	700,00	3 044,51
Aquisições no período	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações no período	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação do Justo valor	0,00	114,19	0,00	114,19
Saldo a 31Dezembro	0,00	2 458,70	700,00	3 158,70

Nesta conta, a rubrica “Outros devedores” reporta-se sobretudo a valores de prestações de serviços por receber e montantes por receber devido a medidas de apoio à

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

contratação/encerramento da medida estágios do IEPF e do ISS referentes aos acordos de cooperação.

Salienta-se que na rubrica “Outros” que é a mais expressiva, temos os valores a receber das entidades IEPF, ISS, CMM e entidade relacionadas.

Ativo	2024	2023
Corrente		
Pessoal	17 697,96	23 367,93
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	390 483,46	122 545,46
Outros	1 990 989,77	1 030 085,39
Total	2 399 171,19	1 175 998,78

Quanto às “Outras contas a pagar”, as rubricas mais expressivas – Credores por acréscimos de gastos contempla 336 563,56€ devido à estimativa de remunerações a liquidar de subsídio de férias e férias a pagar em 2025 no valor de 289 012,16€ e 47 551,40€ de gastos do ano cuja fatura é do ano seguinte. A rubrica “Outros” o seu valor é basicamente constituído por empréstimos da participada Orsifor e adiantamentos da ISS relativos aos projetos “Residências Senior” e “Habitação Colaborativa”.

Passivo	2024	2023
Corrente		
Credores por acréscimos de gastos	336 563,56	232 354,04
Fornecedores de Investimentos	271 256,05	355 617,35
Outros	3 097 988,49	1 753 235,50
Total	3 705 808,10	2 341 206,89

NOTA 16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2024	2023
Serviços Especializados	450 317,14	410 140,89
Materiais	59 033,40	56 197,31
Energia e Fluídos	8 981,22	6 878,63
Deslocações, Estadas e Transportes	17 911,27	7 574,41
Serviços Diversos	295 140,43	252 776,97
Total	831 383,46	733 568,21

Quanto a serviços especializados, são aqui contabilizados os gastos com os honorários das atividades de complemento curriculares, gastos com técnicos especializados das atividades extracurriculares, bem como o serviço de refeições diário, lavandaria e as avenças de contabilidade e de serviços de higiene.

NOTA 17. OUTROS GASTOS E PERDAS

	2024	2023
Impostos	445,47	1 585,25
Dívidas Incobráveis	290,44	0,00
Outros Gastos e Perdas	9 329,02	6 682,79
Total	10 064,93	8 268,04

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

NOTA 18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	2024	2023
Activo		
Imposto s/ Rendimento	0,00	2 276,12
Imposto s/Valor Acrescentado	19 457,35	28 152,68
	19 457,35	30 428,80
Passivo		
Imposto s/ Rendimento	2 993,20	0,00
Retenção de Imposto s/ Rendimento	17 952,76	15 370,03
Contribuições p/ a Segurança Social	237 922,55	243 590,38
Total	258 868,51	258 960,41

O montante respeitante a Retenção de Imposto s/ Rendimento corresponde ao mês de dezembro.

Quanto à rubrica de Contribuições para a Segurança Social, ela é composta pelo montante de 62 211,83 € corresponde à TSU do mês de dezembro de 2024, montante esse que foi liquidado em 2025. Os restantes 134 286,62 € estão contemplados em planos prestacionais e 41 424,10€ representam o valor dos juros e custas inerentes a esses planos.

NOTA 19. GASTOS COM PESSOAL

A conta Gastos com Pessoal teve a seguinte composição no ano 2024:

Gastos com o pessoal	2024	2023
Remunerações dos Órgãos Sociais	22 700,00	15 400,00
Remunerações do Pessoal	1 685 084,63	1 243 621,86
Encargos sobre Remunerações	338 051,81	251 881,14
Seguros de Acidentes de Trabalho	14 747,36	10 609,80
Outros Gastos com o Pessoal	118 369,34	121 261,06
Total	2 178 953,14	1 642 773,86

Neste exercício, existiu um acréscimo de atividade, como tal, verificou-se um aumento do número de pessoas ao serviço. Importa salientar que o quadro de pessoal para o funcionamento da creche, jardim-de-infância e 1.º ciclo tem requisitos mínimos, conforme a nossa lotação e representa o nosso maior gasto em relação ao volume de negócios (106%).

NOTA 20. DIFERIMENTOS

A rubrica de diferimentos contempla fundamentalmente gastos a reconhecer respeitantes a seguros cujo prémio se encontra liquidado, mas que se reporta a um período posterior a 31 de dezembro de 2024, enquanto nos rendimentos a reconhecer em 2025 correspondem essencialmente a prestação de serviços do n/ equipamento social e rendimentos referentes aos estágios profissionais.

	2024	2023
Gastos a Reconhecer		
Seguros	7 679,64	6 557,98
Outros	11 817,06	10 915,19
Total	19 496,70	17 473,17

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Rendimentos a reconhecer

Prestação de serviços (Creche+JI+1º Ciclo)	1 195,00	29 922,01
Estágios IEFP	24 359,20	95 293,28
Total	25 554,20	125 215,29

NOTA 21. CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos nas rubricas do capital próprio foram os seguintes:

DESCRIÇÃO	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	<i>Euros</i> Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO 2024	6 000	9 076	36 410	135 183	358 250	50 000	578 137	50 912	1 223 969
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Alterações de políticas contabilísticas					(136 607)				(136 607)
Ajustamentos por impostos diferidos							6 340		6 340
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-		50 912			2 498 377	(50 912)	2 498 377
	-	-		50 912	(136 607)	-	2 504 717	(50 912)	2 368 110
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								209 201	209 201
RESULTADO EXTENSIVO	-	-		50 912	(136 607)	-	2 504 717	158 289	2 577 312
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2024	6 000	9 076	36 410	186 096	221 643	50 000	3 082 855	209 201	3 801 280

Neste exercício, foi apurado o resultado líquido positivo do período de 209 201,06€.

NOTA 22. RESERVAS

	2024	2023
Reserva Legal	9 076,37	9 076,37
Reserva Livre	6 090,33	6 090,33
Outras Reservas	30 319,46	30 319,46
Total	45 486,16	45 486,16

NOTA 23. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	2024	2023
Subsídios	1 797 610,58	561 862,87
Doações	1 285 244,08	16 274,54
Total	3 082 854,66	578 137,41

A rubrica “Doações” sofreu um acréscimo de 1 268 969,54 euros proveniente da cedência do direito de superfície de 7 lotes por parte da CMM destinados a construção de habitações para arrendamento, que foi alvo de candidatura ao IHRU para o programa de arrendamento do 1º Direito, mas que até ao momento não foi aprovada.

NOTA 24. CAPITAL SOCIAL REALIZADO

O capital social realizado tem a seguinte constituição:

	2024		2023	
	Valor	%	Valor	%
Membros Efetivos	6 000,00	100,00%	6000,00	100,00%
Total	6 000,00	100,00%	6 000,00	100,00%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

NOTA 25. SÓCIOS/COOPERANTES

A conta de sócios no final do ano de 2024 apresenta um saldo credor devido a um empréstimo à cooperativa dos cooperantes Diana Santos e Alexandre Oliveira.

	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Ativo				
Sócios/Cooperantes	0,00	0,00	0,00	1 916,07
Total	0,00	0,00	0,00	1 916,07

	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Passivo				
Sócios/Cooperantes	0,00	17 050,19	0,00	0,00
Total	0,00	17 050,19	0,00	0,00

NOTA 26. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2024, a rubrica de adiantamentos de clientes, totalizava o montante de 2 296,80€.

NOTA 27. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2024, a rubrica de adiantamentos a fornecedores, totalizava o montante de 48 953,85€ que corresponde a adjudicações de serviços.

Quanto ao saldo de fornecedores contemplava os seguintes valores à data de 31 de dezembro de 2024:

	2024	2023
A pagar		
< 90 dias	300 542,15	347 367,93
90 - 180 dias	0,00	0,00
> 180 dias	0,00	0,00
Total	300 542,15	347 367,93

NOTA 28. EXISTÊNCIAS

	2024			2023		
	Mercadorias	Matérias-primas	Total	Mercadorias	Matérias-primas	Total
Inventários iniciais	0,00	0,00	0,00	1 729,38	0,00	1 729,38
Compras	44 458,94	151 467,30	195 926,24	28 852,57	146 513,67	175 366,24
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	44 458,94	151 467,30	195 926,24	30 581,95	146 513,67	177 095,62

No final do exercício não se verificaram existências nem de mercadorias nem de matérias-primas.

NOTA 29. FINANCIAMENTO BANCÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O financiamento bancário em 31 de dezembro de 2024 tinha a seguinte distribuição:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Passivo Não Corrente		
Empréstimos Bancários	799 428,03	911 737,01
Locações	0,00	0,00
Subtotal	799 428,03	911 737,01
Passivo Corrente		
Descobertos Bancários	0,00	0,00
Empréstimos Bancários	243 273,74	205 643,40
Locações	0,00	0,00
Subtotal	243 273,74	205 643,40
Total	1 042 701,77	1 117 380,41

NOTA 30. GASTOS LÍQUIDOS DE FINANCIAMENTO

As contas que contemplam os gastos com financiamento tiveram a seguinte composição:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Juros de Financiamentos Obtidos	65 583,25	23 661,51
Outros Gastos - Financiamentos	17 361,99	10 205,26
Total	82 945,24	33 866,77

O aumento dos gastos de financiamento deve-se ao facto de terem sido reconhecidos juros dos novos empréstimos contratados.

NOTA 31. DISPONIBILIDADES

As disponibilidades de caixa e depósitos bancários, em 2024, apresentavam o saldo de 36 701,80€.

NOTA 32. EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

Procedeu-se em 2019 à revalorização do valor existente na rubrica obras em curso, inerente à requalificação da creche, obtendo assim um excedente de revalorização no valor de 50.000,00€, o qual se mantém inalterado.

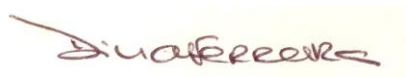
NOTA 33. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da cooperativa Corte Real perante a Segurança Social se encontra regularizada, estando a ser cumpridos os planos prestacionais acordados.

Moita, 16 de abril de 2025

A CONTABILISTA CERTIFICADA



A PRESIDENTE DA DIREÇÃO

